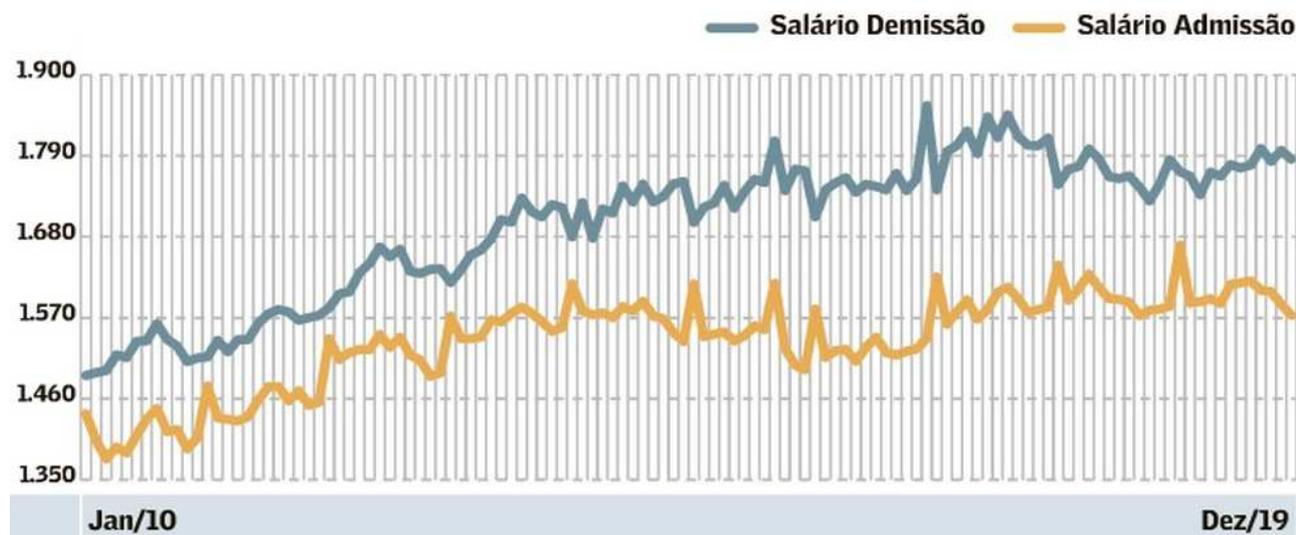


Emprego melhora, mas diferença salarial entre contratados e demitidos ainda cresce

É um sinal de que, apesar da melhora na geração de vagas formais no ano passado, ainda não há pressão no mercado de trabalho

Sem pressão no mercado de trabalho

Diferença entre salário de demitidos e admitidos cresceu no fim de ano



Fonte: Itaú, a partir de dados do Caged. Série com ajuste sazonal

Por Thais Carrança, Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro — De São Paulo e de Brasília

A diferença de salários entre demitidos e admitidos no mercado de trabalho formal aumentou nos últimos meses de 2019. Esse é um sinal de que, apesar da melhora na geração de empregos com carteira assinada no ano passado, ainda não há pressão no

INFORME

mercado de trabalho, o que deve contribuir para um cenário há 14 minutos Brasil inflacionário tranquilo em 2020, reforçando a hipótese de que ainda há espaço para mais corte de juros pelo Banco Central.

Conforme série com ajuste sazonal pelo Itaú Unibanco, a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em dezembro, o salário médio de admissão no país estava em R\$ 1.573, comparado a um salário médio de demissão de R\$ 1.785, uma diferença de R\$ 212. Esse intervalo estava em R\$ 209 em novembro e em R\$ 177 em outubro, o que mostra tendência de aceleração da distância nos dados mais recentes.

“A diferença entre o salário de demissão e o de admissão é uma medida do aquecimento do mercado de trabalho”, afirma Luka Barbosa, do Itaú Unibanco. “Se o salário de demissão está muito distante do de admissão, isso quer dizer que o mercado está demitindo gente cara e contratando gente barata. Significa que não há pressão no mercado de trabalho, que ainda há muito desemprego, o que permite a contratação a salários baixos.”

Segundo Barbosa, isso ajuda a explicar por que a economia voltou a crescer, mas ainda não há pressão inflacionária. Em meados de janeiro, o Itaú revisou para baixo sua expectativa para a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2020, de 3,5% para 3,3%, abaixo da meta de 4%. “Não há sinal de que a capacidade ociosa no mercado de trabalho esteja acabando mais rápido do que o imaginado.”

Ainda conforme o economista, a tendência também indica que ainda há espaço para a continuidade do afrouxamento monetário. O Itaú aposta em mais dois cortes de 0,25 ponto percentual, que levariam a Selic a 4% ao ano.

Na sexta-feira, o Ministério da Economia informou que, em 2019, foram abertas 644,1 mil vagas com carteira de trabalho assinada, acima das 529,6 mil criadas em 2018. Esses números consideram o dado ajustado para incluir informações enviadas com atraso pelas empresas.

O contrato intermitente, modalidade criada pela reforma trabalhista, explicou parte razoável da melhora do emprego formal em 2019, em relação a 2018. O saldo de empregos intermitentes foi de 85,7 mil vagas em 2019, contra 51,2 mil no ano anterior, crescimento de 34,5 mil.

Assim, das 114,5 mil vagas com carteira geradas a mais em 2019, 30% são explicadas pelo emprego intermitente, no qual o trabalhador fica contratado, mas pode ser chamado ou não para trabalhar. Esses empregos também costumam ter menor remuneração.

INFORME

Para o pesquisador Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), a composição dos setores que mais geraram vagas é outro fator que explica o melhor resultado do mercado de trabalho em 2019, apesar da expectativa de desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) parecido nos dois anos - em 2018, houve uma expansão de 1,3%, enquanto o consenso dos analistas aponta para uma alta de 1,2% em 2019.

No ano passado, a construção civil e o comércio foram os grandes destaques na criação de vagas formais, com 71 mil postos e 145 mil respectivamente, contra 18 mil e 102 mil em 2018. “São justamente setores que empregam muito. Quando você aumenta a atividade no comércio e na construção, a alta do emprego em geral costuma ser bastante próxima”, diz Duque. Ambos os setores têm sido impulsionados pela queda do juros e pela maior oferta de crédito.

Para 2020, a FGV estima abertura de 900 mil empregos com carteira e um crescimento do PIB acima de 2%. Já o Itaú vê criação de 915 mil postos formais este ano, com um PIB em alta de 2,2%.

“Devemos ter maior abertura de empregos este ano do que no ano passado”, prevê Barbosa. O economista calcula, porém, que devem ser necessários ainda dois anos para o país recuperar o estoque de vagas com carteira anterior à recessão. Entre 2015 e 2017, o Brasil fechou 2,9 milhões de empregos formais. Já em 2018 e 2019, foram abertas 1,2 milhão de vagas.

O estoque de empregos formais, que era de 41 milhões em 2014, fechou o ano passado em 39 milhões. Assim, seriam necessários dois anos gerando cerca de 1 milhão de empregos para retomar o patamar pré-crise.

O secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, disse na sexta-feira que a criação de 644 mil vagas de trabalho com carteira assinada no país em 2019 é positiva, mas que é preciso “batalhar pelo 1 milhão”. A última vez que a marca foi batida foi em 2013, quando 1,1 milhão de postos foram criados. “O emprego tem dado mostras de vigor e sustentabilidade. A tendência é de alta”, disse ele.

INFORME



Brasil gera 644 mil empregos formais em 2019, melhor resultado em 6 anos

Foi o segundo ano seguido de geração de vagas com carteira assinada, segundo dados do Caged, divulgados pelo Ministério da Economia

Eduardo Rodrigues e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O mercado de trabalho brasileiro criou 644.079 empregos com carteira assinada em 2019, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgadas nesta sexta-feira, 24, pelo Ministério da Economia.

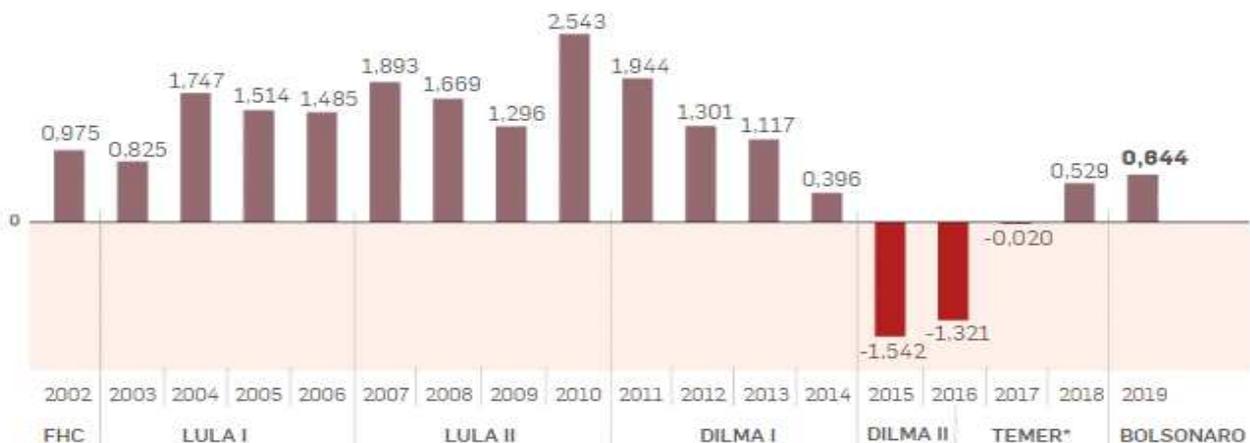
Esse é a maior abertura de vagas formais no País desde 2013. O saldo de 2019 foi resultado de 16.197.094 admissões e 15.553.015 demissões ao longo do ano. Em 2018, o saldo havia sido positivo em 529.554 postos de trabalho, na série já com ajustes (que inclui declarações fora do prazo).

Há vagas

Saldo entre contratações e demissões no Brasil

Saldo de empregos formais

EM MILHÕES DE VAGAS



*A partir de maio de 2016

Fonte: Ministério da Economia

ESTADÃO

INFORME

Já em dezembro, houve fechamento de 307.311 vagas com carteira assinada, interrompendo uma sequência de oito meses consecutivos de saldo positivo no Caged. O resultado é considerado normal para o período, em que há demissão de trabalhadores contratados temporariamente para atender à demanda de fim de ano. Ainda assim, esse foi o melhor resultado para dezembro desde 2005 (na série sem ajustes), quando foram fechados 286.719 postos de trabalho.

O saldo de dezembro decorre de 990.848 admissões e 1.298.159 demissões. Em dezembro de 2018, houve fechamento líquido de 334.462 vagas, na série sem ajustes.

O resultado de dezembro ficou dentro do intervalo das estimativas de analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções eram de fechamento de 360 mil a 270 mil vagas.

Setores

A abertura de empregos com carteira assinada em 2019 foi puxada pelos setores de serviços e comércio, embora todos os setores da economia registraram resultado positivo.

O setor de **serviços** gerou 382.525 vagas, seguido pelo **comércio**, com a abertura de 145.475 postos de trabalho no ano.

A construção civil abriu 71.115 vagas em 2019, seguida pela **indústria da transformação** (18.341 vagas), **agropecuária** (14.366 vagas), serviços industriais de utilidade pública (6.430 vagas), **extração mineral** (5.005 vagas) e **administração pública** (822 vagas).

Por outro lado, como é comum para meses de dezembro, o fechamento de 307.311 vagas no último mês do ano decorre do saldo negativo em quase todos os setores, com exceção do comércio, que ainda abriu 19.122 postos formais.

A maior demissão líquida ocorreu no setor de serviços, com o fechamento de 113.852 vagas no último mês de 2019. Na sequência, a indústria de transformação fechou 104.634 postos de trabalho em dezembro.

A construção fechou 46.886 vagas em dezembro, seguida por agropecuária (-43.972 vagas), administração pública (-15.410 vagas), extração mineral (-1.394 vagas) e serviços industriais de utilidade pública (-285 vagas).

INFORME

Regiões

A criação de vagas no ano passado foi liderada pela região Sudeste com saldo positivo de 318.219 postos de trabalho, seguido pelas regiões Sul (143.273 vagas), Nordeste (76.561 vagas), Centro-Oeste (73.450) e Norte (32.576).

O Caged também registrou saldo positivo em todos os Estados em 2019. Os Estados que criaram mais empregos com carteira no ano passado foram São Paulo (184.133 vagas), Minas Gerais (97.720 vagas) e Santa Catarina (71.406 vagas).

Na outra ponta, os menores saldos positivos de 2019 ocorreram no Amapá (352 vagas), Acre (353 vagas) e Alagoas (731 vagas).

Salário médio

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada fechou 2019 em R\$ 1.595,53, segundo dados do ministério. No ano anterior, a remuneração média nas contratações foi de maior, de R\$ 1.597,94.

O maior salário médio de admissão em dezembro ocorreu na extração mineral, com R\$ 2.860,53, influenciado pelas contratações da Petrobras. Já o menor salário médio de admissão foi registrado na agropecuária, com R\$ 1.391,77.

Contrato intermitente decola

Modalidade de trabalho formal intermitente, criada pela reforma trabalhista, já é responsável por 15% dos postos de trabalho criados, segundo o Caged.

O economista Bruno Ottoni explica por que discorda de que isso indique precarização e considera o contrato intermitente uma boa nova alternativa do mercado de trabalho no Brasil.

Fernando Dantas

O contrato de trabalho intermitente, um dos pontos polêmicos da reforma trabalhista, está gradativamente se consolidando como forma de contratação formal no Brasil.

Em 2019, segundo o Caged, foram criados liquidamente 81.297 postos de trabalho intermitente no Brasil, ou 14,5% dos 559.626 postos formais gerados de forma líquida no

INFORME

ano (excluindo os declarados ao Caged fora do prazo, como explica Daniel Duque, do Ibre/FGV, que ajudou a coluna a organizar estes números).

Já em 2018, primeiro ano inteiro durante o qual vigorou a reforma trabalhista (que entrou em vigência em 11 de novembro de 2017), foram criadas liquidamente 47.516 vagas de trabalho intermitente formal, ou 11,3% dos 421.078 postos formais adicionados naquele ano – também excluindo os declarados fora do prazo, para permitir a comparabilidade.

Desde abril de 2019, o saldo em 12 meses da criação líquida de postos intermitentes, como fração do total líquido de postos criados, também em 12 meses, gira em torno da faixa de 14% a 15,5%. Pode-se dizer, portanto, que, no fluxo de postos de trabalho formais que vêm sendo criados liquidamente na economia brasileira, os intermitentes respondem por 15%.

A criação do contrato formal de emprego intermitente foi vista por críticos da reforma trabalhista como uma evidência de como as mudanças na legislação tenderiam a aumentar a precarização do trabalho no Brasil. Afinal, o contratado de forma intermitente fica à mercê de ser chamado pelo empregador para trabalhar e ganhar, e, portanto, tem uma fonte de renda mais insegura e, em grande número de casos, menor do que a de um trabalho em tempo integral (embora o intermitente possa fechar vários contratos simultaneamente).

O economista Bruno Ottoni, da IDados, empresa de pesquisa de dados em mercado de trabalho e educação, discorda dessa visão negativa sobre o contrato de trabalho intermitente.

“Não vejo o contrato intermitente como precarização, porque confere todos os direitos da CLT de forma proporcional ao tempo de trabalho, e é mais flexível e adequado para regimes de trabalho diferentes”, diz o especialista.

O especialista exemplifica com serviços de bufê, em que a empresa não tem certeza se terá serviços a executar em determinados dias, ou mesmo dias de fim de semana. O contrato intermitente se adapta a esse tipo de trabalho e permite uma contratação formal. Na sua ausência, os empresários desse tipo de serviço provavelmente recorrerão ao trabalho informal.

“Não faz sentido para uma empresa de bufê, pelo menos inicialmente, ter em contrato de tempo integral cozinheiros e garçons para uma demanda que não está confirmada”, diz o economista. Obviamente o exemplo pode se estender a muitos outros segmentos da economia com características semelhantes.

INFORME

Dessa forma, o contrato intermitente, na visão de Ottoni, permite que um empresário crie um serviço desse tipo e, dependendo das circunstâncias, se o negócio deslançar, a demanda pode crescer ao ponto de que o contrato em tempo integral faça mais sentido.

O pesquisador não vê uma situação de hipossuficiência do trabalhador em relação ao contrato intermitente porque, a seu ver, os incentivos das duas partes estão bem calibrados.

Por um lado, se a demanda justificar contrato em tempo integral, provavelmente será do interesse do empregador fazê-lo, porque aí terá certeza de que pode contar com aquele empregado 100% do tempo. No contrato intermitente, o empregado tem um dia útil para responder à demanda por seu trabalho, que tem de ser feita com pelo menos três dias de antecedência.

Mas um mesmo trabalhador pode ter vários contratos intermitentes, e já estar comprometido para trabalhar na data e hora para as quais receber uma demanda de determinado contratante. Neste caso, o empregador terá que partir para chamar outro empregado. Se a primeira opção dele for alguém que conhece bem, em quem confia e sabe ser competente, o contrato intermitente terá a desvantagem de não lhe dar a certeza de que poderá contar com esta primeira e melhor alternativa.

Assim, se a demanda justificar a contratação em tempo integral, pode valer a pena para o contratante preferir esta alternativa ao contrato intermitente. É verdade que uma eventual demissão de um contratado em tempo integral é mais cara, mas, por outro lado, cria-se um vínculo mais forte com a empresa, que favorece a produtividade ou eventual investimento no empregado.

A criação líquida de uma proporção já relevante de empregos formais intermitentes sinaliza, para Ottoni, que a reforma trabalhista está produzindo efeitos.

Em recente artigo no Blog do Ibre, o pesquisador da IDados defende a visão de que mudanças legais como a reforma trabalhista podem, sim, ser fator de criação de empregos. Numa revisão que ele e Tiago Barreira, colega da IDados, fizeram de 30 estudos acadêmicos sobre o tema, 23 apontaram que reformas de flexibilização trabalhista criam empregos e apenas dois encontraram o resultado inverso.

No caso do Brasil, Ottoni acha que é muito cedo para avaliar. Ainda falta a consolidação jurídica de alguns aspectos da reforma, e seria preciso um conjunto maior de dados pós-reforma para que estudos econométricos consistentes pudessem avaliar os efeitos da reforma trabalhista brasileira sobre o emprego.

INFORME

Ainda assim, o crescimento do emprego intermitente é, pelo menos, um sinal de que as mudanças “estão pegando”.

Fernando Dantas é colunista do Broadcast (fernando.dantas@estadao.com)

Caged: o pior já passou, mas...

Precisaríamos de mais um ano e meio para voltar ao nível de 2014; terão se passado sete anos

Hélio Zylberstajn, O Estado de S.Paulo*

O Caged da sexta, 24, trouxe notícias menos ruins do que as habituais. Tanto os dados de dezembro como o balanço de 2019 têm sinais positivos – embora ainda tímidos – da recuperação do emprego formal.

Começamos por dezembro. Neste mês, em todos os anos, ocorre uma queda no nível de emprego formal porque as empresas não substituem quem se desliga ou é demitido e não expandem seus quadros. Preferem esperar o ano novo para contratar. Em consequência sempre há redução na quantidade de empregados. É uma perda sazonal, previsível. Neste dezembro, perdemos 307 mil empregos. Destes, nada menos que 72,5 mil (24% do total) foram perdidos nos estabelecimentos de ensino. É fácil de entender: as escolas demitem no fim do ano letivo e só contratam quando as aulas recomeçam, em fevereiro ou março. Isso ocorre em maior ou menor grau em todas as atividades. Em suma, a perda de dezembro é esperada, não surpreende.

A novidade é que, desta vez, tivemos a menor perda sazonal dos últimos 14 anos. Desde 2005, a redução de dezembro foi sempre muito grande, maior que a de agora. Perdíamos muitos postos de trabalho no fim do ano, hoje estamos perdendo menos. Perder menos empregos em dezembro é um sinal de recuperação.

No balanço do ano, o saldo foi positivo: criamos 644 mil novos empregos formais. Em 2018, tínhamos criado 529 mil. Este é outro sinal de recuperação, mas, claramente, ainda insuficiente. A pergunta é: quanto tempo demorará para reduzirmos significativamente o desemprego?

Em 2015, 2016 e 2017 perdemos nada menos que 2,9 milhões de empregos formais. Em 2018 e 2019, recuperamos 1,2 milhão, que representam apenas 40% da perda daqueles três anos. Nesse passo, precisaríamos de mais um ano e meio para voltar ao nível de 2014. Terão se passado sete anos! Os trabalhadores e suas famílias não podem esperar 9

INFORME

pelos empregos com carteira assinada, e muitos partem para outras formas de inserção no mercado de trabalho, o que explica, em grande parte, o crescimento das ocupações informais (empregados sem carteira, autônomos, microempreendedores, etc.).

O Caged mostrou que o pior já passou, mas o ótimo ainda está muito longe. Precisamos encontrar os meios para expandir rapidamente o mercado de trabalho formal e absorver o enorme volume de mão de obra desocupada e subocupada.

** PROFESSOR SÊNIOR DA FEA/USP E COORDENADOR DO PROJETO SALARIÔMETRO DA FIPE*

No interior, agronegócio e serviços aquecem emprego formal

Cidades dependentes de grandes projetos sofrem com a perda de emprego; 5 entre as 10 que mais fecharam vagas são do Nordeste

Douglas Gavras, O Estado de S.Paulo

O mercado de trabalho, que ainda se recupera timidamente, reage de diferentes formas pelo interior do País. Enquanto as cidades ligadas ao agronegócio e à mineração viram o emprego voltar, nas mais dependentes de grandes projetos de infraestrutura e de setores em situação crítica, como a indústria naval, a crise não passou.

Enquanto quatro regiões se dividem entre as maiores geradoras de emprego, o Nordeste tem cinco das dez cidades que mais perderam vagas.

As duas maiores cidades brasileiras tiveram destinos opostos em 2019. Enquanto o saldo de empregos formais (a diferença entre postos abertos e fechados) foi positivo em 80,8 mil vagas em São Paulo, o Rio de Janeiro encerrou o ano com saldo negativo de 6,6 mil postos. A capital paulista foi beneficiada por resultados melhores na construção civil, intensiva em mão de obra, mas os cariocas sofrem com a falta de investimentos.

Fora das capitais, Barueri (SP) foi um dos destaques positivos de 2019. A cidade ficou na sexta posição entre as que mais geraram postos: foram 7,5 mil a mais, sobretudo pela atração de prestadoras de serviços que se mudaram de cidades da região.

Já a pequena Parauapebas, no sudoeste do Pará, também está entre as dez campeãs do emprego formal, com 5,7 mil novos postos. A região foi beneficiada por um novo projeto da Vale, de uma planta de beneficiamento de cobre. Este ano, devem ser empregadas 3 mil pessoas.

INFORME

Ano ruim

Longe dali, a pernambucana Ipojuca, na região metropolitana do Recife, teve um 2019 difícil. No ano passado, o estaleiro Atlântico Sul praticamente suspendeu as atividades e não tem encomendas de novos navios prevista. A estimativa é que só o setor de material de transporte tenha fechado 2.284 vagas e aberto só 20.

O eletricitista Marcilio José Elias, de 35 anos, é um dos que sentiram a queda do emprego na cidade. Ele, que ganhava R\$ 1.500 por mês, hoje sobrevive de bicos e lamenta a falta de emprego fixo. “Não consigo enxergar uma melhora. Aqui, nós temos o Complexo de Suape com fábricas instaladas, mas não há políticas públicas para que as pessoas tenham capacitação.”

Segundo o governo de Pernambuco, foram tomadas medidas para amortecer a perda de empregos na região, que devem surtir efeito no médio prazo. “Ao todo, 120 empresas foram atraídas ao Estado e há expectativa de gerar ao menos 22 mil empregos nos próximos anos.”

Já no Rio Grande do Sul, Candiota sofreu após a conclusão das obras da usina termoeletrica Pampa Sul. No ano passado, foram fechadas 2,4 mil vagas, o pior desempenho entre todos os municípios do sul do País. De acordo com a prefeitura, muitos trabalhadores ocupavam postos temporários.

Vitória do Xingu (PA) também sentiu o crescimento acelerado, com a abertura de vagas temporárias. A cidade dobrou de tamanho na última década com as obras da Hidrelétrica de Belo Monte. Após idas e vindas, a última das 18 turbinas foi ligada em novembro. Com o fim da obra, a cidade perdeu 1,9 mil postos. Segundo a Norte Energia, a usina conta com 2 mil trabalhadores. / **COLABOROU VINÍCIUS BRITO, ESPECIAL PARA O ESTADO**

Indústria demitiu e deu férias para se ajustar

Com queda de 15% na exportação Fupresa dispensou 15%; Marcopolo deu férias coletivas nas cinco fábricas no País

Márcia De Chiara, O Estado de S.Paulo

O ano de 2019 não foi bom para a **Fupresa**, que fabrica, em Indaiatuba (SP), peças e componentes para caixa de câmbio e motores. Essas autopeças são classificadas como produtos de média/alta tecnologia. A empresa, que tem mais da metade do faturamento

11

INFORME

voltado para exportação, registrou queda de 15% nas vendas em euros para Alemanha, França e Espanha no ano passado.

Por causa dessa retração, provocada pelo recuo do consumo no mercado europeu, a indústria teve de ajustar a produção. É que essas autopeças feitas para determinados modelos de veículos europeus não são absorvidas no mercado nacional.

A saída encontrada pela companhia foi colocar o pé no freio da produção. “Reduzimos um turno de trabalho, de três para dois, e entre 10% e 15% o número de funcionários”, conta Paulo Butori, presidente da Fupresa.

A empresa, que fatura cerca de US\$ 30 milhões por ano, chegou a ter 65% da receita vinda do mercado externo em 2018. No ano passado, essa fatia recuou para 55%.

Produtos de média/alta tecnologia, como as autopeças, são fabricados em indústrias que participam de cadeias longas de produção que envolvem muitos outros fabricantes e empregos. Nos cálculos de José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), para cada US\$ 1 bilhão exportado de produtos manufaturados são gerados 50 mil empregos diretos e indiretos. Quando a roda da economia gira no sentido contrário, há demissões na cadeia, como ocorreu na Fupresa.

Segundo o Sindipeças, as exportações do setor caíram 11,4% sobre 2018. Dan Ioschpe, presidente da entidade, explica que a queda foi puxada pelo mercado argentino, principal parceiro comercial e que passa por forte crise.

A Marcopolo, por exemplo, fabricante de carrocerias de ônibus, sentiu os efeitos da crise no país vizinho. As exportações totais da companhia caíram 21% em 2019 em número de unidades, um pouco menos que a retração registrada pelo mercado, de 24%. José Luiz Moraes Goes, gerente executivo de Negócios Internacionais para Américas, aponta a crise na Argentina e as turbulências que houve em mercados importantes da América Latina para a empresa, caso do Chile, como fatores que levaram à retração. Além disso, em 2018, a empresa tinha feito uma grande venda para países africanos, evento que não se repetiu em 2019.

Goes diz que não demitiu para ajustar a produção. Mas deu férias coletivas nas cinco fábricas que tem no País. Também aumentou em 20% as vendas de carrocerias de ônibus no mercado doméstico para compensar a queda nas exportações.

(Fonte: O Estado de SP – 27/01/2020)

12

DECISÕES

Valor
ECONÔMICO

Vínculo de emprego

A Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 647 contra decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e das delegacias da Receita Federal que mantêm a competência dos auditores fiscais para reconhecer vínculo empregatício de trabalhadores autônomos ou pessoas jurídicas sem a manifestação prévia da Justiça do Trabalho. Segundo a entidade, essa posição vem sendo justificada a partir de interpretação inconstitucional de dispositivos do Código Tributário Nacional (CTN), da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de outras leis.

(Fonte: Valor Econômico – 27/01/2020)